

PREVISÃO DE ROMBO

Aumento na aposentadoria pode estourar Orçamento

O decreto legislativo que aumentou os salários de deputados e senadores de R\$ 4,08 mil para R\$ 8 mil deverá reajustar as aposentadorias e pensões de ex-parlamentares e viúvas em 233%. Parlamentares prevêem um rombo nas finanças do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) e estouro no Orçamento-Geral da União.

O parlamentar tem direito à aposentadoria integral quando se afasta da política depois de 30 anos de mandato. Já têm direito a receber parte da aposentadoria os parlamentares que permanecerem pelo menos oito anos no cargo de deputado ou senador. Estes recebem oito trinta avos, ou seja, R\$ 640.

O Orçamento-Geral da União deste ano prevê repasse de R\$ 11,7 milhões da Câmara como ajuda para o IPC. A rubrica está com legenda disfarçada: "contribuição à previdência privada". Segue a seguinte justificativa: "Propor-

cionar complementação de aposentadorias e pensões, contribuindo para a melhoria da força de trabalho". No Senado, a previsão de ajuda ao IPC é de R\$ 3,05 milhões, na rubrica "outras despesas correntes".

O IPC tem 2.524 pensionistas. Destes, 680 são ex-parlamentares, 914 são funcionários do Congresso e 930 são dependentes. A folha de pagamentos mensal é de R\$ 1,1 milhão. A contribuição mensal dos 584 senadores e deputados chega a R\$ 140 mil, portanto, com déficit R\$ 960 mil. O rombo vem sendo coberto pelas contribuições da União e de funcionários que optam pela aposentadoria complementar do IPC. O desconto dos parlamentares é compulsório.

Existem vários projetos que extinguem o IPC, mas nunca são colocados na ordem do dia de votação do Congresso. Ficam encalhados nas comissões técnicas.